ISSN: 2358-8829

O ENADE DA LICENCIATURAS E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Cecília Sousa Pereira[1]

Maria Eduarda de Lima Silva[2]

Latiffa Gomes Silva[3]

Elizangila Beneval Bento[4]

Patric Anderson Gomes da Silva[5]

RESUMO

O fenômeno da precarização do trabalho docente tem se intensificado por meio das políticas educacionais de natureza neoliberal institucionalizadas na conjuntura brasileira a partir dos anos 1990. Essas políticas educacionais "neoliberais" têm como característica central a desvalorização profissional e salarial e as formas precárias de contratação do trabalho. Nesse contexto, objetiva-se analisar o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para os cursos de licenciatura (Enade das Licenciaturas) e sua relação com o processo de intensificação do fenômeno da precarização do trabalho docente. O estudo, de natureza qualitativa, apresenta como trilha metodológica a pesquisa bibliográfica e documental, cujo ponto de partida são legislações-chave, como a Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, e a Portaria nº 610, de 27 de junho de 2024, entre outros documentos que versam sobre o Enade das Licenciaturas. O Enade das Licenciaturas, instituído pela Portaria nº 610, de 27 de junho de 2024, apresenta como finalidade avaliar o desempenho dos estudantes matriculados nos cursos de licenciatura que formam professores e professoras que, futuramente, atuarão na Educação Básica. Entre as principais mudanças, pode-se destacar o novo formato de provas (teórica e prática) e a aplicação anual. Essas mudanças estabelecem que o foco da avaliação será o desenvolvimento de "competências docentes", que serão reproduzidas na atividade docente, o que pode gerar a perda de autonomia pedagógica e o aumento do controle gerencial. Em suma, no neoliberalismo presente nas políticas educacionais brasileiras, a avaliação assume centralidade na educação de qualidade e, com isso, difunde-se como um mecanismo de controle, sobretudo do trabalho e formação docente.

Palavras-chave: políticas educacionais; avaliação superior; formação de professores; trabalho docente; pedagogia das competências.

[1] Graduando do Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: cecilia.pereira@urca.br

[2] Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: eduarda.lima@urca.br;

[3] Graduada pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: latiffa.silva@urca.br

[4] Pós-Doutora em Educação em Ciências e Química da Vida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Doutora em Educação em Ciências e Química da Vida, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Mestrado em Bioprospecção Molecular pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Regional do Cariri, e-mail: elizangela.beneval@urca.br

[5] Doutorando Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Graduado pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail patricanderson16@icloud.com

ISSN: 2358-8829

INTRODUÇÃO

As políticas neoliberais[6] ao passo que transforma a educação em um mercado, ao invés de direito social, reduzem o lugar e o papel do trabalho com os conhecimentos clássicos e esvaziam a formação docente haja vista que são políticas que defendem uma formação instrumental, isto é, ausente de saberes pedagógicos o que contribuem com o sucateamento e o desmonte das escolas e universidades públicas. Na sociedade capitalista, entretanto, os modelos de organização do trabalho docente são constituídos para que os(as) professores(as) sejam desapropriados de seus saberes didáticos, pedagógicos, profissionais, político e específicos da área de formação.

É o que ocorreu, segundo Lima, Silva, Ferreira e Paula (2024) a partir da aprovação da Reforma do Ensino Médio (revogada na Lei n.º 13.415/2017, posteriormente, convertida na Lei n.º 14. 945/2024), da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental (Resolução CNE CP n.º 2/2017) e do Ensino Médio (Resolução CNE CP n.º 4/2018), da Base Nacional Comum de Formação Docente - BNC-Formação (Resolução CNE CP n.º 2/2019) e BNC-Formação-continuada (Resolução CNE CP n.º 1/2020) (Paula; Silva; Lima, 2024).

Estas políticas de natureza neoliberal são orientadas por Organismos Internacionais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE. E conforme Pimenta (2023) pelos conglomerados da educação, que se introduzes nos aparelhos de Estado – como no CNE (Conselho Nacional de Educação), por exemplo –, e passam a elaborar e definir as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e estudais para a formação docente no território brasileiro. Nesse sentido, Shiroma (2018) salienta que,

> [...] o interesse em influenciar a formulação das políticas para a formação docente pode ser entendido como uma **manifestação fenomênica deste processo cujas determinações econômicas ficam ocultas aos educadores, gestores e grande público**. Os experts dessas agências multilaterais divulgam que, para se alcançar as metas da Educação para Todos, os países precisam

[6] O termo "políticas neoliberais" utilizado faz menção as estratégias e reformas no sistema educacional pautadas no liberalismo, que quando são aplicadas à educação, converte-se em políticas que visam transformar o setor educacional em um serviço competitivo (leia-se mercado educacional), priorizando a eficiência, os resultados mensuráveis e o desempenho individual, tratando-o como um negócio ou empresa.

> **monitorar os resultados de aprendizagem dos alunos e investir na aferição da qualidade do professor** (Shiroma, p. 90, 2018). (Grifos nossos).

Essa afirmação possibilita constatar que, sob égide do neoliberalismo nas políticas educacionais brasileiras, a avaliação assume centralidade na educação e difunde-se como um mecanismo de controle e regulação sobretudo da formação docente. É a partir deste contexto que se destaca as avaliações em larga escala como o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), que surgiu como substituto do ENC[7] (Exame Nacional de Cursos) e, constitui-se como um dos componentes avaliativos do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), institucionalizado em 2004, no Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), a partir da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.

Em 2024, este modelo de exame é reformulado pela Portaria Nº 610, de 27 de junho de 2024 e passa a ser denominado como Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para os cursos de licenciaturas (Enade das Licenciaturas). Nesse contexto, o estudo apresenta como objetivo analisar o Enade das Licenciaturas e sua relação com o processo de intensificação do fenômeno da precarização do trabalho docente. Para isso, utilizou-se a como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica a partir das categorias formação de professores e avaliação e a investigação documental da Portaria nº 610/2024 e da Resolução CNE CP nº 04/2024.

METODOLOGIA

Os estudos de natureza bibliográfica tornam possível que o pesquisador se aproprie do conhecimento produzido e acumulado historicamente pela humanidade enquanto a pesquisa documental possibilita analisar os documentos e apresentar um registro temporal que permite identificar as atividades ocorridas num contexto.

Nesse sentido, ao destacar a importância da pesquisa bibliográfica, Gil (2002) afirma que ela é baseada em materiais previamente elaborados, como livros e artigos científicos. Embora a maioria dos estudos exija algum nível de pesquisa bibliográfica, há pesquisas que são desenvolvidas exclusivamente a partir dessas fontes. Muitas pesquisas exploratórias, além das que analisam ideologias ou diversas perspectivas sobre um problema, são realizadas predominantemente com base em fontes bibliográficas.

[7] O ENC surgiu em 1995, no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

ISSN: 2358-8829

O estudo, ainda, utilizou a pesquisa documental. Evangelista (2012) salienta que a pesquisa documental requer uma abordagem ativa do pesquisador na produção do conhecimento. Para extrair dados da realidade a partir dos documentos, o pesquisador deve localizar, selecionar, ler, reler, sistematizar e analisar as evidências apresentadas. Esses passos refletem intenções que vão além da simples pesquisa, mobilizando a discussão, a elucidação e a construção de compreensões sobre o mundo. Produzir documentos e conhecimentos é também um meio de gerar consciência.

Embora todos os documentos tenham importância, eles expressam determinações históricas que estão no núcleo do *corpus* documental. No entanto, essas determinações não estão evidentes na fonte em si; é necessário realizar uma análise profunda – diferenciando essência e aparência – para revelar a verdadeira vida do documento (Evangelista, 2012).

O ponto de partida da pesquisa bibliográfica são as categorias formação de professores e avaliação. Já o ponto de partida da investigação documental, teve como base o conjunto de legislações-chaves que inclui: a Portaria nº 610/2024 que dispõe sobre o Enade das Licenciaturas, entre outros documentos que regulam o Enade das Licenciaturas, e a Resolução CNE CP nº 04/2024, que regula a política de formação de Professores na atualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os intelectuais da burguesia, segundo Freitas (2023), têm avançado na construção de uma nova organização jurídica internacional — por meio da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Banco Mundial e de outros organismos multilaterais — voltada à acumulação de capital, bem como de uma organização jurídica regional cuja finalidade é assegurar o alinhamento à ordem internacional na formulação de um novo Estado de Direito (leia-se: Estado mínimo). Nesse sentido, o "Estado mínimo" é apontado por Freitas (2002) como uma proposta de *minimização da pressão tributária sobre os negócios*.

Esse movimento, além de favorecer a competitividade entre as empresas privadas, visa fortalecer a democracia liberal e aumentar a taxa de lucratividade do capital. Segundo Freitas (2002), o capitalismo, ao agravar progressivamente a precarização do trabalho e intensificar tanto a exploração relativa quanto a absoluta, acaba por gerar tensões sociais

ISSN: 2358-8829

que precisam ser controladas e suavizadas para que não coloquem em risco a própria lógica de acumulação de capital. Nesse contexto, as políticas educacionais, em especial as de formação de professores, ocupam uma posição estratégica como elementos que facilitam a reprodução desse sistema e desempenham uma função específica dentro dele.

Na conjuntura atual, a política de formação de professores no território nacional encontra-se regulada pela Resolução CNE/CP nº 04/2024. O art. 20 da referida Resolução prevê um novo modelo de avaliação do Enade, direcionado especificamente aos cursos de formação docente e em conformidade com suas determinações[8].

Esse novo modelo, denominado Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para os cursos de licenciatura (Enade das Licenciaturas), foi instituído e regulamentado pela Portaria MEC nº 610, de 27 de junho de 2024. Sua finalidade é avaliar o desempenho dos estudantes matriculados nos cursos de licenciatura que formam professores e professoras para atuar futuramente na Educação Básica, com ênfase no desenvolvimento de habilidades e competências.

O Enade das Licenciaturas reformulou o ciclo avaliativo ao estabelecer a aplicação anual do exame e organizar a avaliação em duas dimensões complementares: teórica e prática. Nesse formato, a avaliação conduzida pelo Inep compreende uma etapa teórica, cuja matriz de referência é a mesma utilizada na Prova Nacional Docente (PND), e uma etapa prática, desenvolvida durante o estágio supervisionado ou a regência de classe nas escolas de Educação Básica (Brasil, 2024).

Ademais, o supervisor responsável pela avaliação prática receberá o Auxílio de Avaliação Educacional (AAE), no valor de R$ 100,00 (cem reais) por avaliação realizada durante o semestre, limitado ao montante máximo de R$ 1.000,00 (mil reais). Essa medida pode ser compreendida como uma estratégia de desvalorização do trabalho docente, na medida em que introduz mecanismos de remuneração vinculados à produtividade individual, potencializando a competitividade entre os professores.

Além disso, a vinculação da remuneração à quantidade de avaliações realizadas pode reforçar uma lógica produtivista, na qual o reconhecimento financeiro passa a depender do cumprimento de tarefas individualmente mensuráveis. Essa dinâmica tende a deslocar a valorização do trabalho docente de suas dimensões coletivas e profissionais para mecanismos pontuais de produtividade, podendo ampliar as responsabilidades

[8] É importante mencionar que compete ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a organização desse novo modelo de avaliação.

atribuídas aos professores sem que isso represente, necessariamente, melhorias nas condições de trabalho, na carreira ou na remuneração.

Essas mudanças estabelecem que o foco da avaliação será o desenvolvimento de "competências docentes" a serem mobilizadas no exercício da docência. Dessa forma, desconsidera-se a apropriação dos saberes docentes que, segundo Pimenta (2020), compreendem os saberes da experiência, os conhecimentos específicos da área e os saberes didático-pedagógicos. É importante mencionar que a noção de competências, conforme D'Ávila (2020), tem sua origem na psicologia behaviorista ou comportamentalista, que vigorou entre as décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos. No Brasil, essa ideologia encontrou amparo na Pedagogia Tecnicista, que vigorou durante a ditadura militar (1964-1985).

Além disso, a Prova Nacional Docente (PND) foi instituída pelo Decreto nº 12.358/2025, que criou o Programa Mais Professores para o Brasil. Posteriormente, a Lei nº 15.344/2026 instituiu a Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica (Mais Professores para o Brasil), incorporando a realização anual da PND. Nesse contexto, os resultados obtidos na PND podem ser utilizados pelas redes públicas de ensino como instrumento de seleção de estudantes concluintes de cursos de licenciatura e de profissionais já licenciados que pretendem ingressar no magistério da Educação Básica pública, por meio de concursos públicos ou processos seletivos destinados à contratação de professores.

Em 2025, o Censo da Educação Básica informou que, na rede pública, predominavam os vínculos de profissionais concursados, efetivos ou estáveis, totalizando 1.131.309 registros. Em contrapartida, foram identificados 813.010 vínculos por contrato temporário, 15.057 por contrato terceirizado e 39.342 regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nesse contexto, a Portaria nº 527, de 18 de junho de 2026, registra a adesão[9] de 23 redes estaduais e 2.007 redes municipais à iniciativa.

Nesse contexto, a possibilidade de utilização dos resultados da PND pelas redes públicas de ensino em processos seletivos merece atenção, sobretudo porque sua adoção

[9] Constata-se uma distribuição heterogênea da adesão entre as unidades da Federação. Minas Gerais (268), São Paulo (236), Paraná (154), Santa Catarina (149) e Rio Grande do Sul (139) apresentam os maiores quantitativos de municípios aderentes, seguidos pela Bahia (136), Goiás (96), Mato Grosso (77), Piauí (77), Alagoas (61), Rio de Janeiro (60), Paraíba (58), Pernambuco (58), Rio Grande do Norte (57), Mato Grosso do Sul (52), Amazonas (52), Rondônia (49), Maranhão (47), Pará (46), Ceará (38) e Espírito Santo (28). Por outro lado, Tocantins (20), Sergipe (19), Acre (14), Amapá (10) e Roraima (6) registram os menores quantitativos de municípios aderentes.

ISSN: 2358-8829

não implica, necessariamente, a ampliação de concursos públicos ou a garantia de vínculos profissionais estáveis. Ao contrário, quando utilizada como instrumento de seleção para contratações temporárias, a avaliação pode integrar mecanismos de ingresso que mantêm a instabilidade dos vínculos empregatícios, sem enfrentar as condições estruturais que produzem a precarização do trabalho docente.

Na rede pública de Educação Básica, os mecanismos de contratação, assim como a remuneração, são determinados pelos estados e municípios, o que implica desigualdades tanto salariais quanto nas condições para a realização efetiva das atividades laborais dos professores nas diferentes regiões do país (Silva, 2020). Nesse processo, a formação e a atuação dos professores passam a ser orientadas por determinados conhecimentos, competências (cognitivas, técnicas, socioemocionais e digitais) e formas de desempenho considerados necessários ao exercício da profissão.

Assim, é possível constatar que a Resolução CNE/CP nº 04/2024, ao manter os dispositivos de regulação e avaliação, como o Enade das Licenciaturas, fortalece o controle técnico, didático, político, pedagógico e burocrático sobre a formação de professores e, consequentemente, sobre o exercício da docência.

Em suma, esse processo de desprofissionalização da formação e da profissão docente contribui para a construção de uma identidade profissional dócil, despolitizada, flexibilizada e produtiva (Lima et al., 2024), culminando no fenômeno da reconversão docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das políticas educacionais brasileiras, marcadas pela influência do neoliberalismo, a avaliação assume centralidade como mecanismo de controle da formação e do trabalho docente.

Nesse cenário, o Enade das Licenciaturas configura-se como um projeto neotecnicista de legitimação do ideário neoliberal, ao privilegiar o desenvolvimento de competências e a mensuração do desempenho docente.

Essas mudanças podem subordinar a dimensão formativa do Estágio Supervisionado à lógica avaliativa e pragmática. Além disso, mecanismos de remuneração pontual, como o Auxílio de Avaliação Educacional (AAE), podem reforçar

a individualização e a competitividade entre os professores, contribuindo para a despolitização da categoria.

Somado a isso, a expressiva quantidade de vínculos temporários na Educação Básica pública evidencia a instabilidade das relações de trabalho docente. Nesse contexto, a utilização da PND nos processos seletivos não assegura, por si só, a efetivação de vínculos estáveis.

Em síntese, o Enade das Licenciaturas, articulado às políticas de avaliação e ingresso na carreira docente, pode fortalecer mecanismos de regulação e controle da formação e do trabalho dos professores, contribuindo para a intensificação das contradições que atravessam a profissionalização e a valorização docente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) pelo apoio e pelo investimento na formação acadêmica, na pesquisa científica e no desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 104, p. 26-29, 3 jun. 2024b. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-4-de-29-de-maio-de-2024-563084558. Acesso em: 29 out. 2026

BRASIL**.** Ministério da Educação. **Portaria nº 610, de 27 de junho de 2024.** Institui o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para os cursos de licenciatura – Enade das Licenciaturas, altera a Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018, e institui o novo ciclo avaliativo do Enade. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 jun. 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/atos-normativos/2024. Acesso em: 7 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. **Portaria nº 527, de 18 de junho de 2026.** Divulga a lista dos entes federativos que aderiram à Prova Nacional

Docente (PND), no âmbito do Programa Mais Professores para o Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 jun. 2026.

D'ÁVILA, Cristina. A didática nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica: impasses, desafios e resistências. **Revista Cocar**, *[S. l.]*, n. 8, p. 86–101, 2020. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3082 . Acesso em: 8 fev. 2025.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: Ronaldo M. L. Araújo; Doriedson S. Rodrigues. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1ed. Campinas-SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

FREITAS, Luiz Carlos de. A internalização da exclusão. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 23, n. 80, p. 299–325, set. 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de. Qual agenda para qual democracia: o papel da escola e seus profissionais. **Formação em Movimento**, v. 5, especial, n. 10, p. 15–36, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2025**. Brasília: Inep, 2026. Disponível em: < https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica >. Acesso em: 29 de nov. de 2026

LIMA, Kátia Regina Rodrigues.; SILVA, Patric Anderson Gomes da Silva.; FERREIRA, Emmanoel Lima; PAULA, Maurício de Oliveira. Reconversão docente, formação neotecnicista, expropriação cultural e didática empreendedora. **Perspectiva**, v. 42, n. 2, p. 1-19, 2024.

PAULA, Maurício de Oliveira.; SILVA, Patric Anderson Gomes da Silva; LIMA, Kátia Regina Rodrigues. A Nova formação de professores na contemporaneidade do capital. **Cadernos de Educação**, n. 68, 5 jan. 2024.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2020.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das organizações multilaterais. **Momento - Diálogos em Educação**, *[S. l.]*, v. 27, n. 2, p. 88–106, 2018. DOI: 10.14295/momento.v27i2.8093. Disponível em: https://furg.emnuvens.com.br/momento/article/view/8093 . Acesso em: 8 fev. 2025.

SILVA, Amanda Moreira da. Formas e tendências de precarização do trabalho docente: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras. Curitiba: CRV, 2020.